



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Nutrição
Curso de graduação em Nutrição



Nicole Cristina Vieira

**O PAPEL DAS MULHERES E DA CULTURA ALIMENTAR NA TRANSIÇÃO PARA
SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**Ouro Preto
Julho 2026**

Nicole Cristina Vieira

**O PAPEL DAS MULHERES E DA CULTURA ALIMENTAR NA TRANSIÇÃO PARA
SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Ouro Preto como um dos
requisitos para obtenção do título Bacharel em
Nutrição.

Orientadora: Marisa Alice Singulano

**Ouro Preto
2026**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nicole Cristina Vieira

O papel das mulheres e da cultura alimentar na transição para sistemas alimentares sustentáveis em um contexto de mudanças climáticas: uma revisão de literatura

Monografia apresentada ao Curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Nutrição

Aprovada em 27 de julho de 2026

Membros da banca

Dr^a. Marisa Alice Singulano - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dr^a. Maria Cristina Passos - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dr^a. Anelise Andrade de Souza - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Marisa Alice Singulano, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/09/2026



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Alice Singulano, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/09/2026, às 22:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1187017** e o código CRC **7F28EB88**.

Dedico este trabalho aos meus pais, Isabel e Aguilar, por cada ensinamento e pelo apoio incondicional; aos meus irmãos, Thiago e Matheus, cuja presença tornou a caminhada mais leve; à minha orientadora, Marisa, cujo acolhimento transcendeu a orientação; e a todas as pessoas que, antes da minha chegada aqui, lutaram para que a universidade fosse um lugar também para quem, como eu, veio de origem pobre.

*“e se
não houver tempo o suficiente
para oferecer o que ela merece
será que
se eu implorar aos céus
a alma da minha mãe
pode voltar como a de minha filha
para que eu ofereça
o apoio que ela me ofereceu
minha vida inteira”*

Rupi Kaur.

RESUMO

Este estudo analisa o papel das mulheres e a importância da cultura alimentar na transição para sistemas alimentares sustentáveis, considerando o contexto das mudanças climáticas. O objetivo central foi compreender como a literatura científica integra o recorte de gênero e a dimensão cultural em estudos sobre transição agroecológica. A metodologia baseou-se em uma revisão sistemática da literatura em duas etapas complementares: uma revisão de escopo de estudos brasileiros e uma revisão global, processada com o auxílio de inteligência artificial (SciSpace e NotebookLM), totalizando 43 artigos analisados. Os resultados evidenciam que, embora a atuação feminina seja essencial para a sustentabilidade, a conservação da biodiversidade e a garantia da segurança alimentar, o trabalho das mulheres é historicamente invisibilizado e tratado como mera ajuda, resultando em barreiras estruturais de acesso a recursos e ao poder de decisão. Identificou-se que a tripla jornada de trabalho, somada aos impactos da crise climática, agrava a vulnerabilidade das agricultoras. Conclui-se que, enquanto a agroecologia oferece um caminho potente para a emancipação de gênero, a cultura alimentar ainda aparece desconexa das pautas feministas, reforçando a necessidade de vincular a contribuição feminina nos sistemas alimentares sustentáveis aos saberes culturais e ao cuidado com a segurança alimentar e a saúde da família.

Palavras-chave: agroecologia, sistemas alimentares, cultura alimentar, gênero, mudanças climáticas.

ABSTRACT

This study analyzes the role of women and the importance of food culture in the transition to sustainable food systems, considering the context of climate change. The central objective was to understand how the scientific literature integrates the gender perspective and the cultural dimension in studies on agroecological transition. The methodology was based on a systematic literature review in two complementary stages: a scoping review of Brazilian studies and a global review, processed with the aid of artificial intelligence (SciSpace and NotebookLM), totaling 43 articles analyzed. The results show that, although women's participation is essential for sustainability, biodiversity conservation, and ensuring food security, women's work is historically invisible and treated as mere help, resulting in structural barriers to access to resources and decision-making power. It was identified that the triple burden of work, added to the impacts of the climate crisis, exacerbates the vulnerability of female farmers. It is concluded that, while agroecology offers a powerful path to gender emancipation, food culture still appears disconnected from feminist agendas, reinforcing the need to link women's contributions to sustainable food systems to cultural knowledge and care for food security and family health.

Keywords: agroecology, food systems, food culture, gender, climate change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma PRISMA referente à primeira revisão.....	16
Figura 2: Fluxograma PRISMA referente à segunda revisão.....	18

LISTA DE SIGLAS

AECS - Medidas Agroambientais e Climáticas

ANAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

FADN - Farm Accountancy Data Network

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

GIALs - Grupos Locais de Inovação Agropecuária

IA - Inteligência Artificial

IMC - Índice de Massa Corporal

PIAL - Projeto de Inovação Agrária Local

PRISMA - Itens de Relato Preferenciais para Revisões Sistemáticas e Meta-análises

SA - Segurança Alimentar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEQ - Síntese de Evidências Qualitativas

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

WoS - Web of Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo geral.....	12
2.2 Objetivos específicos.....	13
3 METODOLOGIA.....	13
3.1 Primeira revisão.....	13
3.2 Segunda revisão.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
4.1 O trabalho feminino na agricultura.....	21
4.2 A tripla jornada de trabalho.....	25
4.3 O papel das mulheres na garantia da segurança alimentar e nutricional.....	30
4.4 Mulheres rurais e mudanças climáticas.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da alimentação e nutrição têm se voltado cada vez mais aos sistemas alimentares, como são chamadas as redes de relações sociais, políticas, econômicas e ecológicas que abrangem todo o ciclo de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos (FARHALL; RICKARDS, 2021). Nesse sentido, a construção de estratégias de transição para sistemas alimentares sustentáveis e territorializados tornou-se um tema relevante para pesquisadores e gestores públicos no cenário contemporâneo, marcado por crises econômicas, pressões demográficas, aumento de doenças associadas à má nutrição e pelas consequências das mudanças climáticas globais.

A má nutrição, em particular, levanta diversos debates devido à sua gravidade e natureza multifacetada. Diante de tais debates, faz-se necessário introduzir dois conceitos importantes, a saber, Segurança Alimentar (SA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A SA, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) é alcançada a partir do acesso universal a alimentos seguros e nutritivos, o que pressupõe a garantia da disponibilidade, acessibilidade (física e econômica), utilização (biodisponibilidade) e estabilidade dessa condição ao longo do tempo (ELKHORAZATI; ZAKY, 2022). Já a SAN, inclui aspectos éticos, políticos e de saúde pública, abrangendo dimensões como a sustentabilidade da vida, a manutenção da biodiversidade e a soberania alimentar, que se caracteriza como a autonomia dos povos de decidir como serão seus sistemas de produção e consumo (LIMA; JESUS, 2017).

Os sistemas alimentares sustentáveis e territorializados podem ser entendidos como conjuntos arranjados de atores, técnicas, produtos e normas que garantem a produção saudável e sustentável de alimentos cada vez mais próxima e acessível aos consumidores. Considera-se que os sistemas alimentares sustentáveis e territoriais podem contribuir para aumentar a segurança alimentar, promover saúde, resiliência econômica e desenvolvimento sustentável (DUBBELING et. al., 2015).

Os sistemas alimentares baseados em práticas sustentáveis, enraizadas nos saberes tradicionais, nos vínculos comunitários e em formas coletivas de organização, mostram-se como alternativas viáveis frente aos desafios ambientais contemporâneos. As experiências agroecológicas relatadas por diversos estudos

são provas concretas do potencial transformador dessas abordagens. Lima e Jesus (2017) definem a agroecologia como, simultaneamente, uma ciência, uma prática agrícola e um movimento social, que propõe transformações não só nas técnicas de cultivo, mas nos sistemas agroalimentares como um todo. No modelo agroecológico, o manejo dos recursos naturais ocorre de maneira integrada às práticas cooperativas de produção, distribuição e consumo, promovendo uma reconexão entre as comunidades, a natureza e os alimentos. Essas práticas, além de contribuírem para a conservação e a recuperação dos ecossistemas, também confrontam a lógica excludente e destrutiva do modelo neoliberal (SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2013).

As mulheres desempenham funções essenciais nesse processo de transição, atuando como guardiãs da sociobiodiversidade e da cultura alimentar, principais responsáveis pela segurança alimentar e nutricional das famílias e transmissoras de saberes tradicionais aplicados ao cultivo e à preservação ecológica. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), as mulheres agricultoras, termo que abrange todas as trabalhadoras inseridas nos segmentos das cadeias agroalimentares, constituem aproximadamente 40% da força de trabalho desse setor e assumem de forma majoritária a diversificação produtiva, o plantio de hortaliças, frutas e ervas medicinais essenciais para o consumo familiar e comunitário. Contudo, sua contribuição não é reconhecida e as desigualdades de gênero limitam seu acesso a recursos, oportunidades e à tomada de decisões.

A atuação feminina nos sistemas alimentares permanece em grande medida marginalizada e invisibilizada nas estruturas de mercado e de governança institucional. Dados globais indicam que as mulheres assalariadas na agricultura recebem cerca de 78 centavos para cada dólar auferido por homens, além de sofrerem com restrições profundas ao acesso à titularidade da terra, a linhas de crédito, a inovações tecnológicas e a serviços de assistência técnica oficial. Tal exclusão estrutural deságua em desvantagens produtivas, resultando em produtividades médias 24% inferiores em propriedades sob controle de mulheres (FAO, 2023).

Somando-se a essas restrições materiais, as crises climáticas agravam de modo assimétrico a vulnerabilidade das mulheres no campo, intensificando a

desproporcionalidade da carga horária de trabalho reprodutivo e de cuidados não remunerados. Sob condições severas de estresse térmico e eventos extremos, domicílios rurais sob chefia feminina em países em desenvolvimento sofrem reduções de renda 34% maiores que as dos domicílios chefiados por homens, o que ilustra as interseções de desigualdades que operam nos territórios rurais (FAO, 2024).

Diante de tais problemas, considerou-se importante mapear e qualificar como a literatura acadêmica tem integrado o recorte de gênero e a dimensão cultural na análise dos processos de transição nos sistemas alimentares. Nesse sentido, o presente trabalho busca compilar informações já existentes sobre o tema, facilitando a identificação, em meio à diversidade de ramificações possíveis, de segmentos relevantes que, futuramente, possam ser aprofundados.

A pesquisa aqui relatada partiu de uma iniciação científica que aconteceu em interface com a extensão por meio do projeto “Alimentando o futuro: geração de trabalho e renda para mulheres da comunidade Cafundão a partir da produção e da comercialização de alimentos saudáveis e sustentáveis”, vinculado ao Programa Institucional de Extensão Agricultura Familiar na UFOP. A dimensão extensionista tomou como ponto de partida o estímulo ao trabalho de mulheres na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis como uma estratégia de desenvolvimento sustentável com igualdade de gênero, inclusão produtiva e trabalho decente. O projeto de extensão buscou igualmente construir com essas agricultoras e produtoras uma experiência de mercado para as Outras Economias, com destaque para as práticas de comércio justo e solidário, incentivando a produção e o consumo conscientes, as ações pelas mudanças climáticas e em defesa da agricultura sustentável e da superação da fome (CATTANI et. all., 2009).

A iniciação científica, por sua vez, se deu no âmbito do projeto “Transição agroecológica, sistemas agroalimentares locais e Outras Economias: um estudo de caso em Mariana - MG”. A pesquisa foi fundamentada na reflexão sobre processos de transição agroecológica nos sistemas agroalimentares locais ou territoriais com um enfoque de gênero. Na ocasião, diante de dificuldades para coletar dados em campo, optou-se por realizar uma revisão da literatura nacional sobre o tema.

Posteriormente, para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, foi realizada uma pesquisa complementar, à luz dos resultados obtidos na iniciação científica, que ampliou a análise para o contexto global e trouxe uma abordagem mais específica de aspectos importantes na temática do estudo, como as mudanças climáticas. No trabalho aqui apresentado, são analisadas as informações coletadas durante a iniciação científica e também na pesquisa subsequente. Com isso, será apresentada uma discussão acerca da transição para sistemas alimentares sustentáveis, com destaque para o recorte de gênero e a temática da cultura alimentar no Brasil e incluindo-se a problemática das mudanças climáticas na análise do contexto global.

Este trabalho está dividido em 4 capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução. No segundo capítulo, apresentamos as metodologias empregadas no processo de revisão da literatura em duas etapas. No terceiro, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa. Este capítulo é dividido em seções temáticas, sendo que, na primeira seção, trata-se da expressiva participação feminina no trabalho agrícola, abrangendo a totalidade do ciclo produtivo, bem como a histórica desvalorização e invisibilidade desse trabalho. Na segunda, aborda-se a tripla jornada de trabalho que sobrecarrega as mulheres rurais, conciliando atividades produtivas, domésticas e comunitárias. Na terceira, analisa-se o papel central das mulheres na garantia da segurança alimentar e nutricional, evidenciando que o empoderamento feminino está diretamente relacionado à diversidade dietética e ao bem-estar familiar. Na quarta, discute-se a relação entre mulheres rurais e mudanças climáticas, destacando como as desigualdades estruturais as tornam desproporcionalmente vulneráveis aos impactos ambientais, ao mesmo tempo em que seu conhecimento tradicional e sua maior predisposição a práticas sustentáveis as posicionam como agentes fundamentais para a resiliência climática. O último capítulo traz considerações finais, sumarizando os resultados, apontando lacunas de pesquisa e possibilidades de estudos futuros.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar, a partir da literatura acadêmica nacional e internacional, como o recorte de gênero e a dimensão cultural têm sido integrados à análise dos processos

de transição para sistemas alimentares sustentáveis e territorializados, em particular no contexto de mudanças climáticas.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e caracterizar a atuação feminina e o papel da cultura alimentar nos sistemas alimentares;
- Apontar desafios e potencialidades para as mulheres agricultoras no contexto de mudanças climáticas;
- Levantar reflexões acerca das bases socioculturais que promovem a manutenção da disparidade de gênero no campo, bem como identificar experiências que apontem possíveis caminhos para a superação deste cenário.

3 METODOLOGIA

A revisão de literatura se faz imprescindível na construção do saber científico. Isso porque, ao compilar as informações já descobertas e encontrar as lacunas de pesquisa de determinado tema, é criado um panorama no qual se sustentarão novas descobertas, abrindo o caminho para que o tema seja ainda mais aprofundado.

A primeira parte da pesquisa foi realizada em minha iniciação científica e, a partir das inferências desta, surgiu a necessidade de uma segunda revisão, que abordasse com mais profundidade algumas questões emergentes. Desse modo, o presente trabalho conta com duas revisões complementares, que foram executadas através de meios distintos para dar origem a uma síntese interpretativa crítica. A escolha do método se justifica pela necessidade de novas perspectivas que corroborem para a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

3.1 Primeira revisão

Durante a iniciação científica, após a fase inicial de leitura e discussão da literatura de referência do projeto, no campo da antropologia da alimentação e da sociologia rural, foi definida a estratégia metodológica da revisão de escopo. Diferentemente da revisão sistemática (porém com mesmo rigor científico), esse método não tem como objetivo avaliar a qualidade da evidência científica, mas sim mapear o conhecimento existente a respeito do tema (FERREIRA *et al.* 2021).

Sendo assim, a escolha desse formato para a primeira revisão se justifica pela relativa escassez da presença de recorte de gênero nos estudos brasileiros sobre os sistemas alimentares e a agroecologia, já indicada na literatura de referência do projeto. O período de execução dessa pesquisa foi de 25 de abril de 2025 a 5 de agosto de 2025.

A realização da pesquisa seguiu as etapas propostas no protocolo elaborado por Ferreira, Retondario e Tanikawa (2021), que consistem, de modo geral, em: estabelecimento da hipótese, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos incluídos na revisão, interpretação dos resultados e síntese de conhecimento.

A partir da pergunta norteadora que orientava a proposta inicial de pesquisa, foi definida a hipótese do estudo. Assim, questionamos inicialmente "como a cultura alimentar e a perspectiva de gênero são integradas em estudos sobre processos de transição agroecológica ou transição para sistemas alimentares sustentáveis no Brasil?". A hipótese, orientada pela literatura de referência do projeto, é de que apesar da importante participação das mulheres no contexto da agroecologia e de os sistemas alimentares territorializados serem intrinsecamente articulados à cultura alimentar local, ainda são poucos os estudos que investigam as interrelações entre estas dimensões no contexto brasileiro. Apesar de terem sido utilizadas uma pergunta norteadora e uma hipótese, algo comum em revisões sistemáticas, considera-se que se tratou de uma revisão de escopo, pois a pergunta e a hipótese elaboradas visavam um mapeamento da literatura com determinado viés, mais que definir uma resposta a uma problemática.

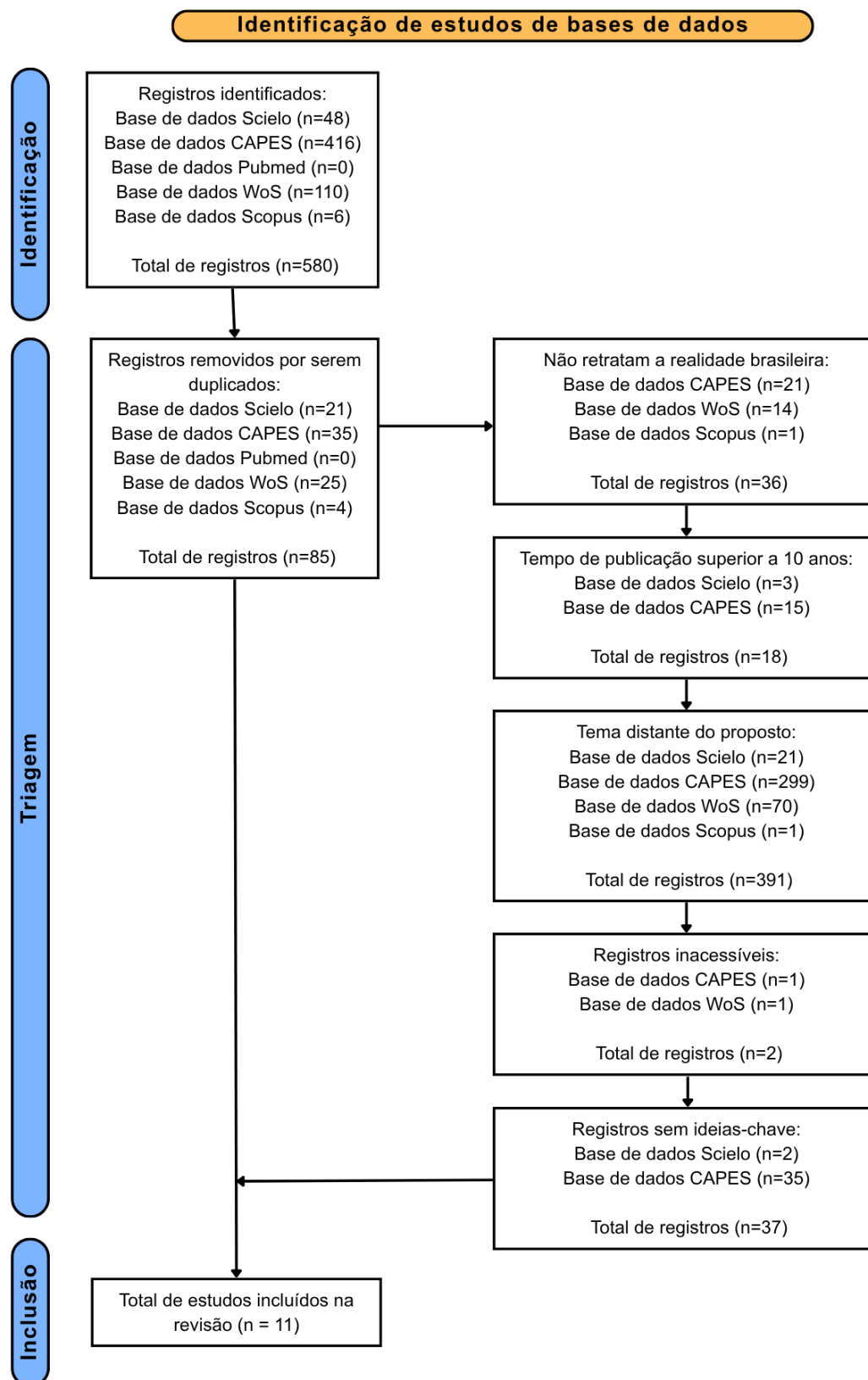
A partir dessa questão e da hipótese de ordem teórica, se deu a investigação da literatura. Para tanto, partiu-se dos conceitos fundamentais para a pesquisa (cultura alimentar, gênero, sistema alimentar e transição agroecológica) para a definição dos seguintes descritores: sistemas alimentares/ sistema alimentar, agroecologia/agricultura familiar, gênero e cultura alimentar. No total, 7 combinações, ou *strings*, foram usadas para encontrar estudos elegíveis e a seleção envolveu a leitura do título e resumo. Entre as bases de dados utilizadas na identificação de registros estão a Capes, Pubmed, Scielo, Scopus e Web of Science, nas quais foi

obtido como resultado um total de 580 registros após buscas utilizando *strings* que relacionam as palavras-chave mencionadas.

Os critérios utilizados na filtragem dos resultados incluíram a duplicidade, a não retratação da realidade brasileira, o tempo de publicação superior a dez anos, o tema distante do proposto, a análise semântica das palavras-chave empregadas nos estudos selecionados (por exemplo, a aplicação do termo "gênero" com um sentido diferente do que estava sendo buscado, como em "gênero alimentício"), a inacessibilidade ao texto completo e, por fim, um filtro que excluiu os registros que não abordaram as ideias-chave definidas a partir do propósito de trabalhar com estudos que tenham como enfoque a sustentabilidade e o meio ambiente.

Ao fim da triagem, que envolveu a análise do título e resumo de cada registro, 11 estudos foram incluídos na revisão. O número relativamente pequeno de estudos encontrados pode confirmar nossa hipótese referente à escassez e à necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre a temática da revisão. Apresenta-se abaixo o fluxograma, adaptado do método PRISMA (MOHER, D. et al, 2009), que esquematiza as etapas do processo de seleção dos estudos para análise.

Figura 1: Fluxograma PRISMA referente à primeira revisão



Fonte: elaborado pela autora conforme orientações da declaração PRISMA 2020 (PAGE et. all, 2021).

3.2 Segunda revisão

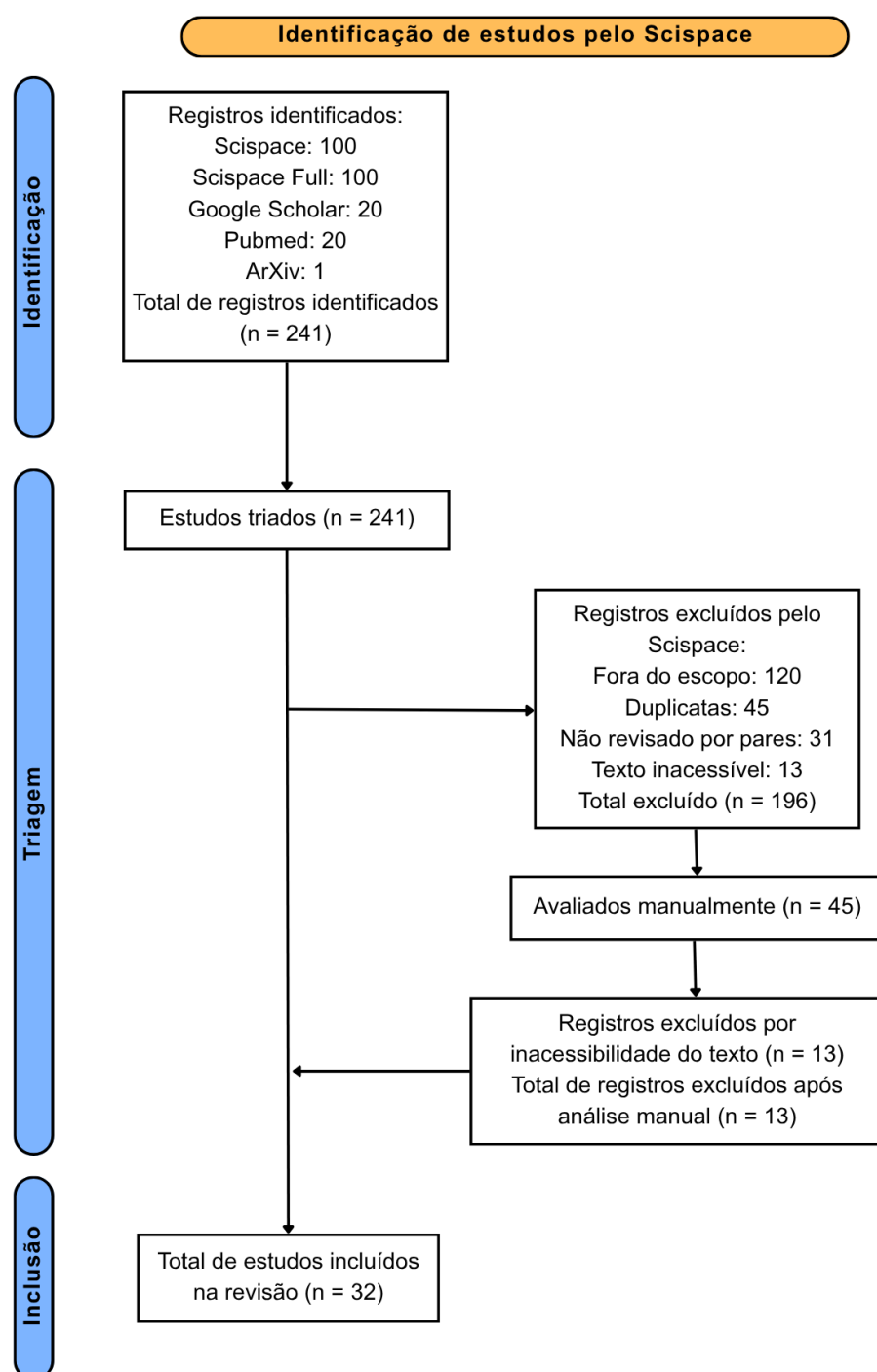
Ao fim da iniciação científica, concluiu-se que a cultura alimentar é um aspecto ainda pouco aprofundado nos estudos que envolvem agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis. Por outro lado, a análise dos 11 artigos fez notório um tema emergente: o recorte de gênero no contexto das mudanças climáticas. A partir dessas e outras conclusões obtidas, surgiu a necessidade da realização de uma pesquisa complementar, que expandisse os achados nacionais para globais e explorasse os campos que se mostraram frutíferos anteriormente.

A segunda revisão de literatura que compõe essa síntese foi, então, realizada de 3 de outubro de 2025 a 10 de novembro do mesmo ano e operacionalizada por meio da ferramenta com apoio de inteligência artificial Scispace. Essa busca internacional com o suporte do SciSpace processou bases indexadas e submeteu os achados aos mesmos critérios de elegibilidade temporal e temática da primeira revisão. O *prompt* ou comando que deu origem a busca foi: "Faça uma revisão sistemática da literatura científica buscando responder à seguinte questão: Qual o papel das mulheres em processos de transição para sistemas alimentares sustentáveis? Considere apenas artigos científicos revisados por pares publicados nos últimos dez anos (2015-2025)". A ferramenta se utilizou de 4 critérios de inclusão pré-estabelecidos: "Publicação nos últimos 10 anos; estudos empíricos com dados primários ou secundários sobre a participação feminina no contexto apresentado; artigos revisados por pares em revistas científicas e que abordem transições agroecológicas; sustentabilidade na agricultura e segurança alimentar com ênfase em gênero" e 4 critérios de exclusão: "Menção superficial das mulheres sem análise aprofundada; artigos de opinião, editoriais ou comentários sem dados empíricos; estudos focados exclusivamente em aspectos técnicos de sustentabilidade sem considerar dimensões sociais ou de gênero; pesquisas sobre agricultura convencional sem componente de sustentabilidade".

A partir dos comandos, a ferramenta realizou a busca nas bases de dados Pubmed, ArXiv, Google Scholar e em seu próprio banco de dados, que possui uma vasta quantidade de artigos, como afirma o site oficial. A princípio, foram identificados 241 registros e, após a triagem realizada pela ferramenta, restaram 45

destes. Os artigos selecionados tiveram, então, sua adequação e acessibilidade avaliadas de forma manual, o que resultou na exclusão de 13 dos registros devido à inacessibilidade ao texto completo. Dessa forma, o corpus a ser submetido à análise foi, por fim, composto por 32 estudos.

Figura 2: Fluxograma PRISMA referente à segunda revisão



From: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Fonte: elaborado pela autora conforme orientações da declaração PRISMA 2020 (PAGE et. all, 2021)

A fundamentação metodológica da qual partiu a organização e a análise dos resultados da segunda revisão é constituída por dois importantes materiais. O primeiro deles é *Conducting a critical interpretive synthesis of the literature on access to healthcare by vulnerable groups* (Realização de uma síntese interpretativa crítica da literatura sobre o acesso de grupos vulneráveis a cuidados de saúde), de Mary Dixon-Woods e colaboradores (2006) e o segundo é Análise de Conteúdo de Bardin (2016). O objetivo da utilização desses referenciais foi realizar, de maneira dinâmica e recursiva, uma análise interpretativa do conteúdo dos artigos obtidos.

Na fase que Bardin denomina pré-análise, dedicada à organização e à constituição do *corpus* da pesquisa, foi definida a pergunta primordial do estudo: “Qual o papel das mulheres em processos de transição para sistemas alimentares sustentáveis?”. Na proposta de Mary Dixon-Woods et. al (2006), a questão de estudo é mais flexível do que normalmente acontece em revisões tradicionais, o que permite que ela seja refinada iterativamente em resposta aos achados. Assim, o objetivo da questão nessa estrutura deve ser indicar a direção da investigação, sem estabelecer definições rígidas que possam limitá-la. A decisão de não trabalhar com uma hipótese foi regida pela mesma premissa, garantindo que a definição do fenômeno e as estruturas teóricas emergjam diretamente da análise, como preconizado pelos autores.

Em revisões sistemáticas convencionais, a busca tem como objetivo uma amostragem exaustiva, que parte do pressuposto de que “cada estudo conta”. Entretanto, a estratégia mais adequada para métodos interpretativos, como o que é conduzido no presente trabalho, é a amostragem intencional, que resulta na seleção de estudos contextualmente relevantes para o desenvolvimento da discussão (MARY DIXON-WOODS *et al.*, 2006). Tendo isso em mente, os critérios utilizados no *prompt* foram elaborados com a principal finalidade de abranger grande diversidade de aspectos relacionados ao campo de estudo. E, apesar da inserção de critérios que avaliem a qualidade dos artigos não ser preconizada nesse tipo de síntese, além da existência de muitas controvérsias no que tange à essa avaliação em estudos qualitativos, optou-se, aqui, pelo uso desse filtro. Foi considerado para essa decisão que a avaliação da qualidade da amostra analisada contribui para evitar conclusões não confiáveis acerca do tema, que ainda é relativamente novo no Brasil.

Finalizada a triagem, partiu-se a leitura flutuante dos estudos, orientada pela questão de pesquisa. Após essa fase de busca e leitura flutuante, procedeu-se para a etapa seguinte, que consistiu na exploração do material. O ponto de partida foi a definição de conceitos-chave que delimitaram o que seria extraído dos estudos selecionados, direcionando o foco para o que realmente se mostrou pertinente para discussão do tema da pesquisa. Dessa forma, a codificação dos textos se deu através das seguintes categorias pré-definidas: a atuação feminina no meio rural, a contribuição da mulher para a segurança alimentar, o recorte de gênero dentro da questão da crise climática e, como categoria emergente, a extenuante jornada de trabalho feminina.

Uma vez definidas, as categorias se tornaram parte de um *prompt* usado na ferramenta de IA Notebook LM, que teve como objetivo construir um panorama geral acerca dos estudos, além de separar os dados qualitativos pertinentes para a discussão, em uma etapa denominada por Bardin como categorização. Nesse momento, o *prompt* utilizado foi: "Extraia as seguintes informações, de forma sintetizada: Resumo; Objetivo; Metodologia; Principais achados do estudo (de forma geral); Principais achados por categorias temáticas: "atuação feminina no meio rural", "tripla jornada de trabalho", "associação entre o empoderamento feminino e a segurança alimentar" e "associação entre o empoderamento feminino e mudanças climáticas". A escolha do Notebook LM para a realização dessa etapa se justifica por sua eficácia na extração de trechos específicos do texto, sem o revés de acrescentar informações externas. Na sequência, os trechos referentes a cada uma das quatro categorias foram dispostos, de forma manual, em uma planilha, construindo o panorama que direcionou a análise interpretativa subsequente.

É necessário ressaltar que o uso das duas ferramentas de inteligência artificial apresentadas (Scispace e Notebook LM) permitiu a análise de um maior *corpus*, viabilizando a abrangência da revisão e a sua execução em tempo hábil. Ademais, houve o benefício de uma maior padronização e reprodutibilidade proporcionadas por esse meio de execução, o que representa características apontadas por Bardin (2016) a respeito da informatização da análise. No entanto, embora o emprego de ferramentas de inteligência artificial tenha conferido maior rigor à organização da revisão, essa abordagem levanta diversas problemáticas no que tange à sustentabilidade, que é uma pauta de grande relevância na discussão apresentada.

É preciso reconhecer, aqui, os impactos ambientais associados à infraestrutura de inteligência artificial e assumir que essa decisão não foi isenta de conflitos.

Assim, foram retidos 32 estudos na etapa global, os quais foram unificados aos 11 nacionais, totalizando 43 publicações analisadas para a síntese do conhecimento. Todo o processo de análise do material seguiu os fundamentos propostos por Bardin (2016) e Mary Dixon-Woods et. al (2006) e as etapas que se seguiram à busca e categorização não tiveram auxílio de ferramentas de IA.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O trabalho feminino na agricultura

Os dados quantitativos encontrados revelam a expressiva participação feminina no trabalho agrícola em diversas partes do mundo. As mulheres representam aproximadamente 43% da força de trabalho agrícola global (PATIL; SAMBHE, 2025). Na África Subsaariana, elas constituem cerca de 50% da mão de obra agrícola (PERELLI et al., 2024), enquanto na Costa do Marfim chegam a 67% e são responsáveis por 60% a 80% da produção total de alimentos (FALL; HIEN; DALÍ, 2023). Em contextos específicos, como na horticultura urbana no Senegal, as mulheres chegam a representar 85% dos operadores agrícolas (ADDU et al., 2024). Retnoningsih e Pariasa (2023) também evidenciam essa centralidade feminina no âmbito da agricultura familiar ao apontar que 91% das famílias da amostra contavam com ao menos uma mulher atuando como agricultora.

A atuação feminina abrange a totalidade do ciclo produtivo agropecuário. As mulheres participam ativamente da preparação da terra, semeadura, transplante, capina e colheita (TIMSINA, 2024; ADDU et al., 2024; NAGARAJU; PRIYA, 2024), bem como do armazenamento de produtos e sementes (TIMSINA, 2024). Na etapa pós-colheita, dedicam-se ao processamento e ao beneficiamento dos alimentos (ADAM et al., 2024), ao mesmo tempo em que exercem funções na criação de pequenos animais, como caprinos, aves e coelhos e na produção de laticínios (BRYAN et al., 2024). Igualmente, fazem-se presentes na comercialização, vendendo os excedentes da produção em mercados locais (TIMSINA, 2024; NJUKI et al., 2022).

Os estudos analisados revelam que o trabalho feminino sempre foi significativo nas unidades de agricultura familiar, seja o produtivo ou reprodutivo (também chamado doméstico). No entanto, seu reconhecimento ainda é algo recente, visto que, historicamente, as atividades exercidas pela mulher tendem a ser consideradas mera ajuda aos homens, como sugerem alguns estudos brasileiros (CHAVES; CASTRO; MENEZES, 2018; ADAM et al., 2024). Dessa forma, como apontado por Njuki et al. (2022), as contribuições femininas acabam sendo subvalorizadas, o que é evidenciado pela tendência feminina à gestão de culturas de subsistência e vendas de menor valor, enquanto os homens dominam as culturas comerciais e o gado de grande porte (ONOH; EREZI; CLEMENT, 2023). Zaremba et al. (2021) complementam que a falta do reconhecimento da atuação feminina como trabalho agrícola de pleno direito contribui para sua exclusão das decisões e do acesso a recursos.

O cenário descrito reflete uma realidade global, na qual, conforme Visser e Wangu (2021), as mulheres detêm menos de 13% das terras agrícolas, condição agravada por barreiras legais e institucionais que dificultam a posse efetiva, tal como documentam Onoh, Ezezi e Clement (2023). Essa exclusão patrimonial se desdobra inevitavelmente no acesso aos meios produtivos, de modo que as agricultoras frequentemente encontram obstáculos significativos para obter insumos de qualidade, tecnologias modernas, serviços de extensão rural e crédito (MKANDAWIRE et al., 2021; HUYER et al., 2024; PERELLI et al., 2024). Somada a essas restrições, persiste a disparidade econômica que, na Índia, se expressa por salários de 1,4 a 1,7 vezes mais altos para homens em relação às mulheres em trabalhos regulares nas áreas rurais (NAGARAJU; PRYIA, 2024). Ainda, os artigos brasileiros analisados indicam que os desafios estruturais descritos são exacerbados pela continuidade de práticas patriarcais que, deslegitimam as atividades femininas, contexto sob o qual a atuação da mulher no campo é frequentemente invisibilizada (RODRIGUES et al., 2021; CÂMARA, 2020; LEÃO; VIEIRA, 2022).

Tal assimetria de gênero é aprofundada no estudo de Fertő e Bojnec (2024), que foi fundamentado nos microdados do Farm Accountancy Data Network (FADN) esloveno. As dimensões quantitativas analisadas revelam implicações estruturais semelhantes às supracitadas. Tanto em relação às propriedades femininas, que possuem área média significativamente inferior, quanto no que tange ao recebimento

de subsídios, que se dá por montantes inferiores no caso das mulheres. Esses dados revelam um ciclo de desvantagem cumulativa, já que a menor escala operacional restringe a capacidade de acumular capital e, como consequência, perpetua a própria condição de escala reduzida. Com isso, destaca-se que a invisibilidade da mulher no contexto econômico (e para além dele) está inserida em processos históricos e culturais reafirmados pelo sistema econômico capitalista, que foi fundido à lógica patriarcal. Segundo Bryan et al. (2024), as normas sociais vinculadas a essa lógica impõem sérias restrições à participação feminina em cargos de liderança nas organizações comunitárias. Kwaslema, Madaha e Mwaseba (2025) complementam que, mesmo quando elas conseguem romper essas amarras iniciais e atuar efetivamente nesses espaços, ainda precisam lidar com resistência cotidiana por parte dos colegas homens e, com frequência, são alocadas em posições de menor influência e poder de decisão.

Contudo, há evidências de empoderamento e transformação. Na Saifana Organic, em Lombok Norte, na Indonésia, mulheres ocupam cargos altos, como gerente geral e chefe de produção (LULU et al., 2025), sinalizando um rompimento com o cenário de baixa representatividade feminina na liderança. Avanços semelhantes são observados no PIAL, em Cuba, onde elas se tornaram protagonistas da inovação agrícola, liderando grupos locais e participando ativamente das decisões (BENÍTEZ et al., 2020). Para além da gestão, essas agricultoras vêm rompendo barreiras históricas: tarefas até então masculinizadas, como operar máquinas e manejar o gado, já são realizadas por mulheres na região de Madri, na Espanha (VIZUETE et al., 2025).

A agroecologia, por sua vez, se apresenta como uma forma de organização que favorece esse processo, por subverter dinâmicas de poder opressoras para centralizar o bem-estar social e ecológico (ZAREMBA et al., 2021). Esse alinhamento com pautas feministas faz do campo um território propício à autonomia feminina, onde as mulheres rompem com o papel histórico de "ajudantes" para se afirmarem como agricultoras por direito próprio. A valorização do conhecimento local e da aprendizagem horizontal, aliada à organização em redes coletivas, retira as agricultoras do isolamento e as projeta para posições de liderança. Nessa condição, elas coordenam intercâmbios de saberes, preservam a agrobiodiversidade como guardiãs de sementes e melhoram a conservação ambiental (ZAREMBA et al., 2021;

DAGOUDO et al., 2023). Os autores sustentam que a transição agroecológica não se concretiza plenamente sem o protagonismo feminino, uma vez que o desempoderamento das mulheres compromete o próprio avanço agroecológico (ZAREMBA et al., 2021).

Uma forma importante de expressão do movimento de empoderamento é a organização coletiva, seja em cooperativas (FALL; HIEN; DALÍ, 2023) ou na ocupação de espaços de resistência em sindicatos e movimentos sociais. Estudos evidenciam que a participação das mulheres nos espaços coletivos e organizativos tem sido fundamental para o reconhecimento social, a valorização do seu trabalho e a consolidação de uma identidade política própria (CHAVES, 2018; MENDONÇA; MARQUES, 2018; COSTA; JURIATTI, 2021; CÂMARA et al., 2024). Uma vez que as agricultoras se tornam apoiadoras umas das outras, cria-se uma importante mobilização em prol da inclusão socioprodutiva da mulher. Nesse sentido, um grande destaque entre movimentos de mulheres rurais no Brasil é a Marcha das Margaridas. Desde 2003, o coletivo pauta a agroecologia e a valorização do trabalho feminino, incidindo diretamente sobre a construção de políticas públicas, como atesta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (BRITO; LEITE; CHACON, 2021).

Assim, a materialização desse protagonismo depende intrinsecamente da força da organização coletiva e é precisamente nesse ponto que a associação feminina se revela indispensável. Conforme sistematizam Brito, Leite e Chacon (2021), a articulação em movimentos, sindicatos e redes não se restringe a uma estratégia de subsistência, ela constitui, sobretudo, o principal mecanismo de diálogo e reivindicação junto ao Estado. No âmbito comunitário, essas organizações promovem a circulação de saberes tradicionais e o resgate de práticas ancestrais de manejo, fortalecendo sistemas alimentares enraizados nos territórios. Paralelamente, a experiência coletiva opera como potência transformadora ao romper com a histórica invisibilidade e com a divisão sexual do trabalho, retirando as mulheres de espaços de restrição de direitos e reconhecendo-as como aptas a participar ativamente dos processos decisórios. Esse fortalecimento amplia, ainda, o acesso a políticas estruturantes, gerando melhoria na qualidade de vida e reconhecimento social para o trabalho feminino (BRITO; LEITE; CHACON, 2021).

Para que esse progresso seja ampliado, são necessárias ações transformadoras que promovam a equidade. No entanto, de acordo com Farhall e Rickards (2021), abordagens como a adotada pela Fundação Bill e Melinda Gates, que posiciona as agricultoras como “indivíduos que não estão atingindo o seu potencial”, não se convertem em ganhos reais para as agricultoras. Isso porque o fenômeno descrito, denominado pelas autoras como “narrativa de déficit”, é pautado na ideia de que as mulheres precisam acessar os recursos dominados pelos homens, sem abordar as restrições estruturais que causam essa desigualdade.

As autoras brasileiras Alencar e Lunas (2024) afirmam que a forma de associação adotada pelas mulheres na agroecologia e na economia solidária revela um potencial transformador que transcende a lógica puramente capitalista, caracterizando-se por uma gestão menos institucional e mais horizontal, na qual as estruturas de poder se apresentam partilhadas e menos rígidas do que nos modelos convencionais. Inscrita no campo das denominadas "Outras Economias" (CATTANI et. all., 2009), essa abordagem prioriza valores éticos e sociais, como a ética do cuidado e a sustentabilidade da vida, em detrimento do acúmulo de capital, direcionando as práticas produtivas para a saúde das famílias, a conservação da biodiversidade e a soberania alimentar (LIMA; JESUS, 2017).

Assim, pode-se dizer que a busca de soluções para as desigualdades de gênero no meio rural que não reconhecem as agricultoras como agentes e não valorizam seus saberes dá origem a ações que não promovem empoderamento real. A problemática se torna ainda mais evidente ao se observar as falhas na implementação de políticas públicas voltadas à questão de gênero, inclusive no movimento agroecológico, como apontado pelo estudo brasileiro de Leão e Vieira (2022), o que marca a escassez de incentivo e suporte às mulheres mesmo em meio a um movimento associado ao discurso feminista. Lima e Jesus (2017) afirmam que, nesse contexto, as bases culturais e tradicionais da população rural são, por vezes, usadas como justificativas para a manutenção de pensamentos e práticas sexistas, perpetuando essa disparidade.

4.2 A tripla jornada de trabalho

A tripla jornada de trabalho, que integra as atividades produtivas (agrícolas e geradoras de renda), as tarefas domésticas e de cuidado e, frequentemente, as

demandas comunitárias, configura-se como uma realidade estrutural para as mulheres rurais. Ellena e Nongkynrih (2017), por meio de “relógios de atividade diária”, revelam que essas agricultoras despertam por volta das 4h para os afazeres domésticos, cuidam dos filhos, labutam no campo durante todo o dia e, após o jantar, ainda executam tarefas como tecelagem ou limpeza de sementes. Essa rotina evidencia que a jornada dessas mulheres não se restringe ao âmbito produtivo, mas se estende a uma ampla função de cuidado que transcende o cultivo da terra e a pecuária.

Tendo em vista a construção social dos papéis de gênero que fundamenta a disparidade aqui apresentada, se faz imperativa a problematização dessa realidade. Kwaslema, Madaha e Mwaseba (2025) afirmam que normas sociais impõem que as funções domésticas venham sempre em primeiro lugar para as mulheres. Adam et al. (2024) corroboram ao destacar que mulheres que trabalham fora de casa frequentemente são julgadas de forma negativa devido à ideia de que isso dificulta a gestão de suas responsabilidades familiares. A reprodução desse modo de pensar no meio rural resulta na naturalização da divisão sexual do trabalho e posiciona o cuidado como atributo inato da mulher, ao mesmo tempo em que desqualifica sua atuação na esfera produtiva (KWALESMA et al., 2025).

É possível, a partir dessa constatação, iniciar uma reflexão sobre tais julgamentos operarem como mecanismos de controle social que isentam as instituições de qualquer responsabilidade quanto às desigualdades de gênero e à sobrecarga de trabalho das mulheres, atribuindo integralmente a elas o custo físico e emocional da conciliação entre esferas. Assim, cria-se, concomitantemente, uma exigência de produtividade doméstica e uma censura quanto à produtividade extra doméstica. Uma consequência dessa construção é a dificuldade inicial de atrair mulheres para o trabalho formal devido a preocupações com cuidados infantis e responsabilidades impostas pela cultura (LULU et al., 2025).

Os estudos expõem que a realidade descrita é vivenciada por mulheres de diferentes etnias e em diversas partes do mundo, se tratando de uma questão interseccional e de interesse global. Ao avaliar os números que retratam essa carga desproporcional, observa-se a amplitude e gravidade desse cenário. Elkhorazaty e Zaky (2022) afirmam que, em média, as mulheres rurais dedicam 29 horas semanais

a tarefas domésticas não agrícolas (como cozinhar, limpar e lavar), enquanto os homens dedicam apenas 4 horas. A soma das jornadas dentro e fora de casa revela realidades extremas, como a das mulheres rurais no Paquistão, que chegam a trabalhar de 12 a 15 horas por dia entre o campo e os afazeres domésticos (LECOUTERE et al., 2023). Em Bangladesh, essa desigualdade se expressa na distribuição do tempo de trabalho: 86% do tempo feminino é absorvido por afazeres domésticos não remunerados, contra apenas 25% do tempo masculino (LECOUTERE et al., 2023). A disparidade não se restringe ao espaço doméstico - mesmo na produção agrícola, as mulheres trabalham de 2 a 3,3 horas a mais por dia do que os homens (ADDO et al., 2024).

Diante de uma rotina já exaustivamente ocupada, a restrição de tempo consolida-se como um dos principais obstáculos ao empoderamento feminino, conforme salientam Malapit et al. (2020). Nesse cenário, revela-se uma contradição central: atividades que, em tese, promovem autonomia (como a participação em projetos de transição agroecológica ou a inserção em redes locais de comércio justo) acabam por intensificar essa sobrecarga horária, comprometendo a efetivação da mudança almejada. A sobrecarga gera conflitos de tempo que prejudicam até mesmo o cuidado com a própria saúde e a nutrição dos filhos (ADDO et al., 2024). Malapit et al. (2020) e Quisumbing et al. (2021) corroboram tal afirmação ao estabelecerem como prejudicial a relação entre a tripla carga de trabalho e o tempo disponível para o autocuidado e para o planejamento e execução de refeições saudáveis para a família. O processamento e preparo de alimentos, comumente rotulado como atividade feminina, exemplifica uma tarefa que pode ser extremamente demandante e ter baixo valor agregado (QUISUMBING et al., 2021), estando presente tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo.

Esse efeito é corroborado por Njuki et al. (2022), que apontam que as obrigações domésticas, ao cercearem a mobilidade física, restringem o acesso a treinamentos e capacitações. Como consequência desse mesmo fator limitante, Mkandawire et al. (2021) acrescentam que a produtividade e a geração de renda das mulheres também são diretamente prejudicadas, fechando um ciclo no qual o tempo se torna o recurso mais escasso e, paradoxalmente, o mais exigido. Assim, o acúmulo de funções resulta na imposição de barreiras significativas ao acesso à informação e, consequentemente, ao empoderamento (UNDP, 2022). Patil e

Sambhe (2025) mostram que, nos países em desenvolvimento, as mulheres rurais frequentemente vivem sob essa carga de responsabilidades, o que as coloca em constante desvantagem. Como resultado, elas estão sobrerrepresentadas no trabalho agrícola não remunerado, sazonal e de baixos salários, o que reforça sua marginalização econômica e limita seu potencial de autonomia.

Nessa esfera, em que se somam os trabalhos produtivos aos reprodutivos, a migração masculina temporária frequentemente se apresenta como agravante dessa carga excessiva, deixando as mulheres como chefes de família de fato e forçando-as a assumir ainda mais funções na gestão produtiva sem que suas tarefas domésticas sejam reduzidas (ADAM et al., 2024). Farhall e Rickards (2021) enfatizam esse fenômeno, denominado “feminização da agricultura”, onde a mulher se vê obrigada a dar seguimento à produção agrícola, mesmo que isso raramente venha acompanhado de alívio nas demais responsabilidades. Assim, Lecoutere et al. (2023) constataram que a migração masculina como estratégia de adaptação tende a acentuar a sobrecarga feminina, o que quer dizer que esse processo não gera empoderamento. Dessa forma, a situação cria um paradoxo em que o aumento no poder decisório, alavancado pelo fenômeno, vem seguido por rotinas extenuantes, exigindo diversos sacrifícios por parte das trabalhadoras.

A falta de infraestrutura exacerba esse quadro. A coleta de água e lenha, tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres, demanda enorme dispêndio de tempo (VISSER; WANGU, 2021; NAGARAJU; PRIYA, 2024). Somente na África Subsaariana, estima-se que as mulheres gastam até 40 bilhões de horas anuais apenas buscando água (VISSER; WANGU, 2021). Além do tempo, o esforço físico também se impõe. Timsina (2024) relata que 58,33% dos agricultores (majoritariamente mulheres) são forçados a carregar produtos manualmente até o mercado mais próximo. Dessa forma, a carência de transporte adequado, encanamento e equipamentos específicos fragiliza a saúde das agricultoras, ao mesmo tempo que reduz ainda mais seu tempo já escasso.

Apesar do cenário majoritariamente negativo, existem registros de experiências positivas de redução da tripla jornada. O estudo de Benítez et al. (2020) sobre o Projeto de Inovação Agropecuária Local (PIAL) em Cuba demonstra como a incorporação formal de uma estratégia de gênero e a realização de oficinas voltadas

a questionar o patriarcado e as masculinidades tóxicas provocaram uma transformação real nas dinâmicas familiares rurais. Ao expandir o conceito de inovação para além da produção técnica no campo, o PIAL desafiou diretamente a divisão tradicional e machista do trabalho. Os relatos do projeto apontam que os homens passaram a aprender e a executar tarefas do lar, com destaque para um caso na província de Mayabeque, no qual pai e filho assumiram integralmente os afazeres domésticos para que as mulheres da família pudessem viajar e participar de uma capacitação de uma semana. Essa redistribuição de responsabilidades não apenas mitigou a sobrecarga feminina, mas também foi descrita pelos próprios participantes masculinos como um fator de libertação das restrições impostas pelas normas estritas de gênero. A flexibilização no ambiente doméstico funcionou como um catalisador para que as mulheres conquistassem autonomia e assumissem papéis de destaque na comunidade. Livres das amarras da jornada de trabalho integral, foi conquistada uma maior viabilidade e confiança para a liderança dos Grupos Locais de Inovação Agropecuária (GIALs), além de gerenciarem bancos de sementes, pontos de venda e agroindústrias artesanais. Como resultado direto, a inserção no projeto garantiu renda própria e transformou a gestão financeira do lar, permitindo que as decisões sobre despesas e investimentos passassem a ser compartilhadas equilibradamente entre o casal.

Além disso, o estudo de Lulu et al. (2025) mostra como a implementação do projeto agro-ecoturístico Saifana Organic alterou significativamente a dinâmica de gênero na região de North Lombok, na Indonésia, onde as mulheres historicamente enfrentavam barreiras socioculturais e viam sua atuação limitada ao setor informal e doméstico. Antes da iniciativa, o tempo feminino era integralmente consumido por tarefas do lar, o que restringia sua produção e, conseqüentemente, limitava a renda da família. Com a introdução da iniciativa, houve uma nítida melhora nessa organização, visto que a divisão de tarefas era pautada pelas habilidades individuais, o vínculo empregatício era realizado por meio de contratos formais e as deliberações eram feitas em conjunto. Esse arranjo participativo não apenas otimizou a rotina produtiva na fazenda, mas também reestruturou o ambiente doméstico, mitigando gradativamente os estereótipos de gênero locais. O projeto contribuiu uma nítida melhora na gestão do tempo, permitindo que elas assumissem posições formais e de liderança estratégica, o que resultou em uma contribuição

econômica direta para o sustento da casa e na redução da dependência financeira. Esse empoderamento elevou a autoconfiança dessas mulheres e transformou positivamente a percepção de seus maridos e da comunidade, já que os lares se tornaram economicamente mais prósperos.

Desse modo, a tripla jornada de trabalho é um fenômeno universalmente documentado nos sistemas agroalimentares rurais, afetando mulheres em todos os continentes e contextos econômicos. As evidências apontam que, sem uma redistribuição equitativa do trabalho doméstico e de cuidado, envolvendo mudanças estruturais e políticas públicas de infraestrutura, as intervenções produtivas e agroecológicas correm o sério risco de aprofundar a escassez de tempo, o esgotamento físico e a desigualdade de gênero. Em vista disso, Zaremba et al. (2021) são categóricos ao afirmar que, para que a agroecologia seja genuinamente feminista, é urgente reconhecer e redistribuir as tarefas de cuidado; caso contrário, a sustentabilidade ecológica será conquistada à custa do esgotamento feminino e da sobrecarga cotidiana.

4.3 O papel das mulheres na garantia da segurança alimentar e nutricional

De acordo com dados apresentados pela FAO (2015), nos países em desenvolvimento, a liderança feminina na produção de alimentos é expressiva, respondendo por cerca de 60% a 80% do total cultivado. Esse engajamento, em especial na agricultura de subsistência, revela-se decisivo para a segurança alimentar e nutricional dos lares. ElKhorazaty e Zaky (2022) demonstram que uma hora adicional de trabalho agrícola feminino eleva a probabilidade de segurança alimentar em 0,9%, enquanto o mesmo esforço masculino gera um aumento de apenas 0,4%. Ou seja, o trabalho feminino tem um impacto mais de duas vezes superior sobre a segurança alimentar e nutricional. Essa centralidade da mulher para a garantia de SAN ganha contornos ainda mais amplos quando associada ao conceito de soberania alimentar, pois, de acordo com Timsina (2024), as mulheres gerenciam os recursos naturais de maneira integrada, orientando sua gestão para o atendimento das necessidades cotidianas da família.

As atividades desempenhadas pelas mulheres no cultivo, marcadas pela diversificação de lavouras temporárias e quintais agroflorestais, revelam-se mais voltadas à subsistência familiar (34,85% contra 26,89% dos homens), o que,

segundo o autor brasileiro Rodrigues et al. (2021), contribui decisivamente para a resiliência econômica e a segurança alimentar do agregado. Corroborando esse achado, outro estudo nacional, de Chaves, Castro e Menezes (2018) aponta que as produções majoritariamente femininas (como ervas medicinais, frutas e hortaliças) são comumente destinadas ao consumo doméstico, enquanto Bryan et al. (2024) destacam que essa estratégia de cultivo diversificado, amplamente adotada pelas agricultoras, traduz-se em dietas mais equilibradas nutricionalmente.

Agregando à essa perspectiva, Visser e Wangu (2021) estimam que as mulheres invistam pelo menos 90% de sua renda na própria família, concentrando esses recursos em saúde, nutrição e educação, o que se alinha à atribuição cultural do cuidado. Ademais, Njuki et al. (2022) observam que a influência crescente das agricultoras, especialmente sobre o crédito e a produção, está diretamente ligada ao consumo de alimentos mais nutritivos, como vegetais e leite, em virtude do controle feminino sobre recursos específicos. Como reflexo direto dessa dinâmica, Adam et al. (2024) identificam uma correlação positiva entre o empoderamento feminino e a ampliação da diversidade dietética, além de melhorias expressivas no estado nutricional, aferido pelo Índice de Massa Corporal (IMC), tanto das mães quanto de seus filhos.

Entretanto, o estudo de Elkhazraty e Zaky (2022) mostrou que essa relação entre empoderamento feminino e segurança alimentar não é isenta de contradições estruturais. A análise estatística revelou uma correlação inversa significativa entre a chefia feminina do domicílio e o número total de membros da família, bem como de homens em idade produtiva, o que revela que lares chefiados por mulheres possuem menos pessoas aptas ao trabalho, aumentando sua vulnerabilidade econômica e sobrecarregando a gestora principal. Nesse cenário de maior risco de insegurança alimentar, o aumento das horas destinadas a tarefas domésticas e de cuidado reduz as chances de segurança alimentar em 0,3% por hora, uma vez que consome tempo que poderia ser alocado a atividades produtivas ou geradoras de renda. Dessa forma, o declínio de 14% na segurança alimentar em lares chefiados por mulheres, apresentado por Elkhazraty e Zaky (2022), não decorre da falta de produtividade, mas sim de uma estrutura familiar com menos mão de obra de apoio e da enorme carga de trabalho doméstico não remunerado, que limita sua autonomia econômica

e escancara os limites de políticas que desconsideram as interseccionalidades entre gênero, educação e pobreza.

Nesse contexto, o acesso à informação agrícola, inclusive em meios digitais, mostra-se imprescindível para a promoção da segurança alimentar não só das famílias produtoras, como das populações locais que consomem o excedente. Os benefícios desse acesso foram observados por Benítez et al. (2020) no projeto PIAL, em Cuba, onde o domínio feminino sobre as técnicas de conservação passou a assegurar maior durabilidade e disponibilidade dos alimentos fora de época. A iniciativa de variar a produção, incluindo hortas caseiras, frutas e laticínios, também repercutiu positivamente na nutrição, tanto em escala familiar quanto comunitária. Assim, o estudo revela um grande potencial de desenvolvimento produtivo feminino quando o alcance a informações técnicas é viabilizado, o que repercute positivamente no bem-estar nutricional e econômico local.

Diante desse contexto, é importante ressaltar que as mulheres exercem papéis cruciais na tomada de decisões cotidianas relativas ao alimento, desde a seleção e o preparo até o processamento e a preservação pós-colheita, atividades que demandam conhecimento técnico e prático. Nesse sentido, o acesso à educação constitui a base para escolhas mais informadas sobre nutrição, cuidados de saúde e meios de subsistência, escolhas que, por sua vez, afetam diretamente a segurança alimentar, garantindo um suprimento mais seguro e sustentável (KATHENYA et al., 2024). Esse acesso, frequentemente viabilizado por grupos cooperativos, possibilita treinamentos em técnicas agrícolas modernas e sustentáveis, qualificando as mulheres a investir em insumos de qualidade e a adotar práticas que assegurem a subsistência familiar. Não por acaso, as próprias agricultoras manifestam o desejo por mais iniciativas que as fortaleçam por meio de recursos e qualificações específicas, visando melhorar a produção de alimentos (KATHENYA et al., 2024).

A literatura converge ao reconhecer que ações que promovem empoderamento e autonomia financeira para as agricultoras, como oficinas, feiras e conselhos participativos, também contribuem para fortalecer sua atuação e ampliar sua presença em processos decisórios (VIEIRA et al., 2019; ALENCAR; LUNAS, 2024; GOMES; FERRANTE; WHITAKER, 2019). Esse poder, somado ao controle

sobre os ativos domésticos, emergem como pilares fundamentais da segurança alimentar, como aponta o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2022) ao constatar que a ampliação do protagonismo decisório das mulheres se reflete diretamente em melhores índices de nutrição e bem-estar para o domicílio. Além disso, Adam et al. (2024) demonstram que o empoderamento feminino potencializa o poder de negociação intrafamiliar, o que, por sua vez, garante o direcionamento prioritário da renda para o abastecimento alimentar.

Sendo assim, evidencia-se que a liderança feminina na agricultura é crucial para a segurança alimentar global e, quando as mulheres têm acesso igualitário a recursos e poder de decisão, a produtividade agrícola se eleva, ao mesmo tempo em que crescem os investimentos em nutrição e bem-estar comunitário (ONOH; EREZI; CLEMENT, 2023). Contudo, é preciso cautela ao promover iniciativas que contemplem esse aspecto. Isso porque, segundo Mkandawire et al. (2021), algumas intervenções de desenvolvimento apenas depositam sobre elas a responsabilidade de “consertar” o sistema alimentar, sem enfrentar as desigualdades aqui relatadas. Por isso, Mkandawire et al. (2021) defendem que as políticas devem adotar uma abordagem de sistemas, compreendendo as questões que as mulheres enfrentam, e focar na transformação das relações de gênero e na redistribuição equitativa do trabalho, para que o empoderamento não se traduza em sobrecarga, mas sim em melhorias reais e duradouras na segurança alimentar domiciliar.

4.4 Mulheres rurais e mudanças climáticas

O relatório *The unjust climate* de 2024, publicado pela FAO, discute sobre como a crise climática impacta as populações rurais, com base em dados e evidências concretas de 24 países. Os dados apresentados mostram como eventos climáticos extremos afetam desproporcionalmente a renda das mulheres, que são particularmente vulneráveis aos impactos ambientais. Os estudos sistematizados apresentam resultados semelhantes, colocando à luz a situação em que se encontram as mulheres rurais frente aos riscos climáticos, que as afetam de forma desigual devido à sua dependência de recursos naturais, à sobrecarga de tarefas domésticas e ao acesso limitado a recursos produtivos. Visser e Wangu (2021) apontam que a escassez de água e outros recursos gerada por essa conjuntura torna as tarefas ainda mais demoradas e extenuantes, o que é ressaltado também

por Addo et al. (2024), que observaram que o estresse ambiental aumenta a carga de trabalho feminina. Com isso, o que já era uma jornada de trabalho desproporcional agrava-se ainda mais em meio a situações ambientais críticas.

Corroborando essa linha, Njuki et al. (2022) destacam as desigualdades estruturais como ponto fundamental da disparidade na forma como homens e mulheres vivenciam os impactos climáticos, enfatizando que o acesso a informações climáticas e tecnologias resilientes não é equitativo. Como consequência direta desse quadro, as mulheres têm menos opções de adaptação, visto que seu acesso a esses recursos é significativamente mais restrito. Essa restrição decorre de múltiplos fatores e entre estes, Adam et al. (2024) menciona a concentração de treinamentos sobre mudanças climáticas exclusivamente no público masculino, o que exclui as agricultoras do conhecimento necessário para um planejamento de subsistência baseado em evidências. A esse cenário soma-se a falta de acesso a informações meteorológicas e tecnologias de comunicação, o que configura uma lacuna digital que, conforme Malapit et al. (2020) e Béné e Devereux, dificulta o acesso feminino a dados em tempo real sobre o clima e preços de mercado.

Nesse sentido, diante de normas sociais discriminatórias que culminam em diversas restrições para as agricultoras, Lecoutere et al. (2023) concluem que a redução do risco climático para as mulheres exige, obrigatoriamente, o enfrentamento das barreiras estruturais e institucionais que impedem a igualdade de gênero, uma vez que, sem tal enfrentamento, quaisquer intervenções técnicas tendem a reproduzir as mesmas exclusões. Addo et al. (2024) ressaltam que a mera disponibilidade de informações não se traduz em ação para as mulheres, que enfrentam menor poder decisório sobre as práticas de cultivo, o que amplia sua vulnerabilidade agrícola diante do clima. Essa perspectiva é reforçada por Béné e Devereux (2023), para quem os benefícios das previsões climáticas permanecem inalcançáveis às agricultoras enquanto as restrições de gênero limitarem sua locomoção, sua autonomia e seu vínculo com redes informativas.

No entanto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2022) afirma que, apesar da restrição sistemática a recursos, tecnologia e informação, as mulheres detêm conhecimento agrícola tradicional de grande relevância. Destaca-se que as mulheres desempenham papel central na

manutenção e transmissão de saberes tradicionais, colocando-se como zeladoras da terra, da biodiversidade e de práticas agroecológicas sustentáveis (LIMA; JESUS, 2017; GOMES; FERRANTE; WHITAKER, 2019). Dessa forma, elas se apresentam como agentes fundamentais na transição para sistemas alimentares sustentáveis. Corroborando com isso, Vizuite et al. (2025) afirmam que as mulheres atuam como guardiãs de sementes e coletoras de plantas silvestres, detendo um conhecimento profundo e diferenciado sobre o uso e a preservação da biodiversidade.

Esse saber se converte em escolhas mais sustentáveis e resilientes ambientalmente, segundo os dados analisados por Rodrigues et al. (2021) do Censo Agropecuário de 2017 para o estado do Pará. No âmbito do manejo dos insumos, verifica-se que as mulheres na agricultura familiar recorrem mais à adubação orgânica (7,15%) do que os homens (6,17%), ao passo que utilizam proporcionalmente menos agrotóxicos (10,20% ante 15,41%) e menos adubos químicos (5,07% contra 7,82%). No que tange ao uso da terra, as agricultoras destinam percentuais superiores aos sistemas agroflorestais (4,56% frente a 2,94%) e reservam uma parcela mais expressiva de suas propriedades para a preservação ambiental, por meio de matas ou florestas nativas destinadas à reserva legal ou preservação permanente (25,27%, comparado a 23,65% entre os homens). Assim, a literatura nacional aponta uma maior predisposição feminina na transição de modelos de produção convencionais para modelos mais sustentáveis de agricultura, o que as coloca em posição não só de zeladoras da saúde de suas famílias, como também, da saúde da terra e do meio ambiente (LIMA; JESUS, 2017).

Vizuite et al. (2025) tiveram conclusões semelhantes em Madrid, na Espanha, evidenciando que a recuperação, a troca e a integração de diferentes saberes constituem pilares fundamentais para a efetivação dessa transição. Segundo as autoras, uma das principais motivações políticas das mulheres neo-rurais (que deixaram a cidade para viver no campo) reside justamente no resgate de conhecimentos tradicionais que foram suprimidos pela industrialização do campo, como o uso de variedades locais, o pastoreio extensivo, a panificação artesanal e as técnicas de poda tradicional. Não obstante, Vizuite et al. (2025) apontam que, ao se apropriarem ativamente desses saberes, inclusive daqueles tradicionalmente reservados aos homens (como o manejo de maquinários, por exemplo), as mulheres não apenas fortalecem sua autonomia técnica, mas também

subvertem estereótipos de gênero e reafirmam sua identidade profissional como agricultoras, consolidando um campo híbrido no qual o saber técnico-científico, o tradicional e o experiencial se complementam.

A contradição levantada entre saber e vulnerabilidade, contudo, pode ser revertida quando as mulheres são efetivamente empoderadas, como demonstra o estudo de Lulu et al. (2025) na Saifana Organic. A participação feminina em práticas de permacultura não apenas fortaleceu a autonomia das agricultoras, mas também contribuiu decisivamente para mitigar a crise hídrica na comunidade, evidenciando como o protagonismo feminino em métodos agrícolas sustentáveis se traduz em respostas concretas aos desafios ambientais. De modo análogo, Timsina (2024) descreve as mulheres como peças-chave para a manutenção dos ecossistemas e para o uso sustentável de recursos naturais como água e florestas, ressaltando que sua atuação integrada, que combina conhecimento tradicional, gestão comunitária e práticas de conservação, constitui um fator determinante para a resiliência ambiental.

Os exemplos de práticas bem-sucedidas, contudo, não se restringem a iniciativas isoladas, eles se multiplicam em diferentes contextos, demonstrando que a liderança feminina na adaptação climática é um fenômeno transversal e empiricamente consistente. Benítez et al. (2020), destacam que, no projeto PIAL, a atuação feminina em bancos de sementes fortaleceu a resiliência dos agroecossistemas frente às mudanças climáticas por meio de práticas como o uso de bioprodutos e a diversificação de espécies. Seguindo essa mesma linha, Kathenya et al. (2024) mostram, entre as mulheres viúvas observadas no estudo, a adoção de estratégias de "agricultura inteligente", que envolve práticas como o cultivo de variedades resistentes à seca (milheto), a agrofloresta e a captação de água da chuva. O achado exemplifica o potencial de inovação apresentado pelas mulheres, mesmo em situações de extrema vulnerabilidade.

Expandindo esse entendimento para a escala dos ecossistemas, Vizuite et al. (2025) associam a liderança feminina em projetos agroecológicos à regeneração do solo, à gestão florestal preventiva (como a limpeza de pastagens contra incêndios) e à promoção da biodiversidade. Com isso, as autoras afirmam que a equidade de gênero é condição indispensável para a sustentabilidade de longo prazo dos

sistemas socioecológicos, o que evidencia que a contribuição feminina é estruturante nessa adaptação. Kwaslema, Madaha e Mwaseba (2025) corroboram esse diagnóstico ao apontarem que intervenções agroecológicas sensíveis ao gênero, aliadas a suporte técnico em manejo orgânico do solo e conservação de água, melhoram significativamente a resiliência climática, apontando a agroecologia como um caminho concreto para a justiça social e climática, percurso esse no qual o empoderamento feminino se afirma como pilar central e inegociável.

A literatura converge para o entendimento de que o empoderamento das mulheres não apenas as torna menos suscetíveis a choques externos, como também dinamiza a capacidade adaptativa de toda a comunidade. Bryan et al. (2024) corroboram essa visão ao evidenciarem que mulheres com agência em negociações intra-familiares adotam com muito mais frequência medidas proativas de preparação para secas e estratégias eficientes de diversificação de renda não agrícola. Essa postura, por sua vez, as posiciona como agentes centrais, contribuindo de maneira mais incisiva para os três pilares da agricultura inteligente: o incremento da produtividade, o fortalecimento da resiliência e a efetiva mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Fertő e Bojnec (2024) encontraram que as fazendas chefiadas por mulheres apresentam maior engajamento em práticas sustentáveis, com taxa de adoção de medidas agroambientais e climáticas (AECS) superior (67,2% contra 63,3%) e, mais do que isso, uma intensidade notavelmente maior na aplicação dessas medidas, o que se reflete no recebimento de subsídios AECS por hectare (157,59 euros/ha, ante 143,93 euros/ha dos homens). Tal resultado sugere uma preocupação ambiental mais acentuada nas unidades produtivas geridas por mulheres, preocupação que se mantém mesmo diante de disparidades estruturais significativas. Essa liderança voltada para a sustentabilidade, portanto, não decorre de maior abundância de recursos, mas de uma priorização intrínseca por tecnologias e práticas que conciliam a economia rural com a proteção ambiental, posicionando-as como agentes fundamentais do chamado “empreendedorismo verde”.

Em consonância, o estudo de Onoh, Erezi e Clement (2023) amplia a compreensão de que a autonomia financeira e o efetivo acesso a recursos funcionam como catalisadores que inclinam decisivamente as mulheres a priorizar a

sustentabilidade de longo prazo, investindo mais em sistemas ecologicamente corretos do que os homens. Nesse sentido, elas se destacam na liderança de técnicas específicas, como a agrofloresta, que combina árvores e plantações para melhorar a qualidade do solo, e a agricultura orgânica, pautada em métodos tradicionais de rotação de culturas e controle natural de pragas. Ademais, por serem frequentemente as principais gestoras de água e biomassa para o uso doméstico, detêm um conhecimento empírico que as leva a adotar métodos de conservação hídrica e tecnologias de cocção energeticamente eficientes, contribuindo diretamente para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Essa atuação prática as consolida como agentes de mudança, impulsionando em suas comunidades a adoção de comportamentos resilientes ao clima, como a redução de resíduos e a economia de energia.

Nassif, Ringler e Bryan (2025) avançam ao demonstrar que o empoderamento feminino não é apenas um elemento desejável, mas sim um mecanismo crítico para o fortalecimento da resiliência climática em contextos rurais. Segundo as autoras, mulheres que de fato detêm autonomia sobre decisões e recursos tendem a apresentar maior confiança para compartilhar seus conhecimentos tradicionais acumulados, ao mesmo tempo em que se mostram mais abertas a experimentar e adotar práticas inovadoras que beneficiam diretamente a sustentabilidade de suas comunidades, desde a gestão comunitária da água até a conservação da biodiversidade local. Esse protagonismo, contudo, não se efetiva plenamente sem um ambiente institucional que o reconheça e o ampare. Nesse ponto, o relatório da FAO corrobora integralmente essa visão, ao salientar que as mulheres agricultoras, embora revelem uma notável capacidade de adaptação diante de choques climáticos, esbarram em obstáculos estruturais que impedem que tais ações se convertam em melhorias significativas e duradouras em sua qualidade de vida e na produtividade de suas unidades.

Adam et al. (2024) afirmam que os treinamentos a respeito das mudanças climáticas têm os homens como público prioritário, relegando as mulheres a um papel secundário e, com isso, privando-as do conhecimento técnico necessário para um planejamento de subsistência baseado em evidências. Nesse sentido, Malapit et al. (2020) acrescentam que o acesso a informações em tempo real sobre clima e preços de mercado, especialmente por meio de telefones celulares, é um recurso

vital para a tomada de decisão ágil; contudo, as mulheres ainda enfrentam uma lacuna digital significativamente maior que a dos homens, o que limita sua capacidade de reagir oportunamente às oscilações climáticas e de mercado. Essa desvantagem informacional também é relatada por Lecoutere et al. (2023), que apontam o baixo acesso feminino a sistemas de alerta precoce para desastres, seja por intermédio de redes comunitárias ou de canais oficiais, fazendo com que as mulheres cheguem tardiamente às informações que poderiam salvar suas colheitas e suas famílias. Tais lacunas revelam a importância da reivindicação de Adam et al. (2024) para que as políticas climáticas deixem de ser cegas ao gênero e passem a incorporar, de forma deliberada, as necessidades específicas das agricultoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem reafirmar que as mulheres constituem parte fundamental da produção agrícola global. Sua atuação é integral e abrange todo o ciclo produtivo, desde a preparação da terra e semeadura até a colheita, beneficiamento e comercialização, com destaque para a agricultura familiar e de subsistência. Ademais, seu trabalho garante a segurança alimentar e nutricional dos lares de forma significativamente superior ao trabalho masculino. Assim como a SAN, a atuação feminina desempenha um papel crucial na gestão sustentável dos recursos naturais, sendo guardiãs da agrobiodiversidade e detentoras de saberes tradicionais que as posicionam como agentes na transição agroecológica e na adaptação às mudanças climáticas.

Apesar de sua centralidade produtiva, as agricultoras enfrentam um cenário de profundas desigualdades estruturais, evidenciado pela baixa posse das terras agrícolas e por barreiras significativas no acesso a insumos, crédito, tecnologias e serviços de extensão rural. Seu trabalho, historicamente desvalorizado como mera “ajuda”, é frequentemente invisibilizado e relegado a atividades de menor valor comercial, enquanto os homens dominam as culturas rentáveis. Essa exclusão econômica e patrimonial é agravada por um sistema de normas patriarcais que impõe às mulheres uma tripla jornada de trabalho (produtiva, doméstica e comunitária), dedicando muitas horas a tarefas não agrícolas, o que restringe sua mobilidade, acesso a qualificações e até mesmo o tempo para autocuidado. Outrossim, a vulnerabilidade feminina é exacerbada pelas mudanças climáticas, que

aumentam sua carga de trabalho e, por meio da lacuna digital e da concentração de treinamentos no público masculino, limitam seu acesso a informações cruciais para a adaptação, perpetuando um ciclo de desvantagem cumulativa.

Diante desse panorama, a agroecologia emerge como ambiente propenso tanto para a criação de sistemas agrícolas sustentáveis e alinhados ao conceito de segurança alimentar e nutricional, quanto para o empoderamento feminino, ao fortalecer grupos e organizações de agricultoras e dar espaço para a participação de mulheres nos processos de tomada de decisão (ALENCAR; LUNAS, 2024). Assim, os resultados apresentados revelam a importância da implementação de intervenções transformadoras, que vão além de ações paliativas que apenas depositam sobre as mulheres a responsabilidade de "consertar" o sistema alimentar sem enfrentar suas restrições estruturais. É fundamental promover políticas públicas e iniciativas que ataquem as raízes da desigualdade, garantindo o acesso equitativo a terra, crédito e tecnologia, e que, sobretudo, promovam a redistribuição equitativa do trabalho doméstico. Por outro lado, o fortalecimento da organização coletiva em cooperativas e movimentos sociais, a exemplo da Marcha das Margaridas no Brasil, revela-se um relevante mecanismo para o reconhecimento do trabalho feminino. Desse modo, a conquista de autonomia e a efetiva participação nos processos decisórios faz-se uma condição essencial para que a liderança feminina se converta em melhorias na segurança alimentar, na resiliência climática e na qualidade de vida das comunidades rurais.

Contudo, a análise da literatura revela um conjunto de lacunas de pesquisa que apontam para a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico e ampliação do escopo geográfico dos estudos. Em primeiro lugar, evidencia-se uma escassez de estudos que abordem de forma direta a cultura alimentar, principalmente no Brasil, como fora observado na primeira revisão realizada. Além disso, existem poucos estudos de caso empíricos e regionais, com forte concentração das pesquisas em países do sul global, enquanto o norte permanece sub-explorado. Em paralelo, a produção acadêmica carece de dados quantitativos desagregados por gênero que permitam mensurar com precisão a participação feminina na agricultura de subsistência e o impacto de choques climáticos na resiliência das agricultoras, sendo necessário formas de revelar o trabalho feminino, em detrimento de dados puramente domiciliares. Por outro lado, a dimensão

subjetiva e institucional das desigualdades também permanece pouco explorada, havendo lacunas em estudos qualitativos que investiguem as percepções das mulheres agricultoras sobre mudanças climáticas, no estudo das novas identidades rurais, em particular quanto gênero, que emergem em iniciativas agroecológicas, bem como na compreensão das normas de gênero que operam no interior das próprias organizações de desenvolvimento, pesquisa e extensão rural.

Diante dessas lacunas, indico meu interesse em dar continuidade a essa investigação em nível de mestrado. Pretendo aprofundar a análise sobre as dinâmicas de gênero na agricultura e suas diversas implicações no sistema alimentar, contribuindo com evidências que possam embasar a formulação de novas políticas públicas e, assim, traçar um percurso acadêmico comprometido com o avanço da equidade de gênero no meio rural e com promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

REFERÊNCIAS

Adam R, et al. Using a sustainable food systems framework to examine gender equality and women's empowerment in aquatic food systems. *Front Sustain Food Syst.* 2024 Aug 29;8:1327798.

Addo P, et al. Gender role in food rights and sovereignty in West Africa: a rapid review. *Afr J Food Agric Nutr Dev.* 2024;24(10):24725-73.

Alencar IPV, Lunas DAL. Projeto energia das mulheres da terra: ações e perspectivas em Goiás. *Cuad Educ Desarro.* 2024;16(7):e4713.

Bardin L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: Edições 70; 2016.

Béné C, Devereux S, editors. Resilience and food security in a food systems context. Cham: Palgrave Macmillan; 2023.

Benítez B, et al. Empowering women and building sustainable food systems: a case study of Cuba's local agricultural innovation project. *Front Sustain Food Syst.* 2020 Nov 19;4:554414.

Brito MAP, Leite MLS, Chacon SS. Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Conex Polít.* 2021 Jul/Dez;10(2):77-95.

Bryan E, Alvi M, Huyer S, Ringler C. Addressing gender inequalities and strengthening women's agency to create more climate-resilient and sustainable food systems. *Glob Food Sec.* 2024;40:100731.

Câmara AAF, et al. Agroecologia e emancipação de gênero: protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira. *Res Soc Dev*. 2020;9(9):e806998104.

Câmara AAF, et al. Mulheres e agroecologia: um olhar feminino sobre o setor de comercialização em feiras agroecológicas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, Macaé/Rio de Janeiro. *Segur Aliment Nutr*. 2024;30:e023038.

Cattani A, et al., organizadores. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina; 2009.

Chaves ARS. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. *Rev Estud Fem*. 2018;26(1):e42742.

Costa JA, Juriati T. O trabalho, a natureza e o cuidado ressignificados a partir da organização coletiva das mulheres agricultoras. *Rev Bras Agroecol*. 2022;17(4):354-75.

Dagoudou BA, et al. Agroecological business model: a pillar stone for women's entrepreneurship in agroecology and sustainable food systems. *Int J Curr Sci Res Rev*. 2023 Jan;6(1):296-304.

Dubbeling M, et al. Editorial: a alimentação na agenda urbana. *Rev Agric Urbana*. 2015;(29):2-5.

ElkhoraZaty NE, Zaky HHM. A gender approach to time and food security: a case study of Egypt. *Discov Sustain*. 2022;3:34.

Ellena R, Nongkynrih KA. Changing gender roles and relations in food provisioning among matrilineal Khasi and patrilineal Chakhesang Indigenous rural people of North-East India. *Matern Child Nutr*. 2017;13(S3):e12560.

Fall M, Hien V, Dalí C. Women and sustainable agriculture in Côte d'Ivoire: challenges and perspectives. *Int J Scholarly Res Multidiscip Stud*. 2023;3(1):42-8.

Farhall K, Rickards L. The "gender agenda" in agriculture for development and its (lack of) alignment with feminist scholarship. *Front Sustain Food Syst*. 2021 Feb 10;5:573424.

Ferreira SMR, Retondario A, Tanikawa L. Protocolo de revisão de escopo e revisão sistemática na área de alimentos. *Visão Acad*. 2021;22(2):119-33.

Fertő I, Bojnec Š. Empowering women in sustainable agriculture. *Sci Rep*. 2024.

Gomes TPS, et al. Co-educação, reconhecimento e saberes tradicionais: um estudo com mulheres assentadas em Araraquara-SP. *Rev Retratos Assentam*. 2019;22(2):308-26.

Huyer S, et al. From gender gaps to gender-transformative climate-smart agriculture. *Curr Opin Environ Sustain*. 2024;67:101415.

Kathenya LK, Nyamongo G, Muthami J. Empowering widowed women with sustainable food security in Tunyai Location, Tharaka Sub-County, Tharaka Nithi County, Kenya: a qualitative analysis of their roles, challenges, and resilience. *Int J Soc Sci Hum Res*. 2024;7(8):6661-9.

Kwaslema EP, Madaha RM, Mwaseba DL. The role of gender transformative agro-ecological interventions in crop-based farming systems in Tanzania: a case of Muray Ward, Mbulu District. *East Afr J Agric Biotechnol*. 2025;8(2):18-29.

Leão BASA, Vieira VS. Agroecologia e relações de gênero: políticas públicas para agricultura familiar sustentável no território de identidade do sisal. In: XXVI Seminário de Iniciação Científica da UEFS; 2022.

Lecoutere E, et al. Where women in agri-food systems are at highest climate risk: a methodology for mapping climate–agriculture–gender inequality hotspots. *Front Sustain Food Syst*. 2023;7:1197809.

Lima MMT, Jesus VB. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. *Sci Stud*. 2017;15(1):115-44.

Lulu L, Taslim S, Yanuartati BYE. Gender roles in sustainable agriculture at Saifana Organic, North Lombok, Indonesia. *Asian Res J Agric*. 2025;18(2):120-7.

Malapit H, et al. Women transforming food systems for empowerment and equity. In: IFPRI; 2020. Capítulo 4.

Mendonça GM, Marques PEM. Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos. *Retratos Assentam*. 2018;21(2).

Mkandawire E, et al. Enhancing the Glopan Food Systems Framework by integrating gender: relevance for women in African agriculture. *Sustainability*. 2021;13(15):8564.

Muhaimin AW, et al. The role of women in sustainable agriculture practices: evidence from East Java Indonesia. *IOP Conf Ser Earth Environ Sci*. 2023;1153:012005.

Nagaraju LG, Priya N. Role of women in sustainable agricultural growth. In: A Modern Approach to AI; 2024. Capítulo 13, p. 125-33.

Nassif G, Ringler C, Bryan E. Gender-just mitigation in agrifood systems: potential and pitfalls. *Annu Rev Resour Econ*. 2025;17:493-511.

Njuki J, et al. A review of evidence on gender equality, women's empowerment, and food systems. *Glob Food Sec*. 2022;33:100622.

Onoh UC, Erezi E, Clement B. Analyzing the role of women in climate resilience building and sustainable farming practices in Nigeria. *IIARD Int J Geogr Environ Manag*. 2023;9(4):65-87.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). *The State of Food Insecurity in the World*. Roma; 2015.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). *The unjust climate: vulnerability, adaptation and resilience in rural agrifood systems*. Roma; 2024.

Page, MJ, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*. 2021;372:n71.

Patil UN, Sambhe RU. Planting the seeds of progress: economic upsides of empowering women in agriculture: a review. *Int J Sci Res Sci Technol*. 2025;12(1):723-30.

Perelli C, et al. Gender equality and sustainable development: a cross-country study on women's contribution to the adoption of the climate-smart agriculture in Sub-Saharan Africa. *Ecol Econ*. 2024;219:108145.

Quisumbing A, et al. Women's empowerment and gender equality in agricultural value chains: evidence from four countries in Asia and Africa. *Food Sec*. 2021;13:1101-24.

Rodrigues HE, et al. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. *Guaju*. 2021;7(2):234-63.

Sevilla-Guzmán E, Woodgate G. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. *Agroecología*. 2013;8(2):27-46.

Thomas J, Harden A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. *BMC Med Res Methodol*. 2008 Jul 10;8:45.

Timsina TR. Gender dynamics in agriculture: a path to livelihood sustainability at Changunarayan, Bhaktapur. *Praghyaratna*. 2024;6(2).

United Nations Development Programme (UNDP). *Empowering Women in Pakistan Through Climate-Smart Agriculture*. 2022.

Vieira MGM, et al. Agricultura sustentável: favorecendo ambientes saudáveis e o empoderamento feminino. *Rev Educ Pop*. 2019;18(2).

Visser J, Wangu J. Women's dual centrality in food security solutions: the need for a stronger gender lens in food systems' transformation. *Curr Res Environ Sustain*. 2021;3:100094.

Vizuite B, et al. Gender equity as a key element for agroecological transitions: neo-rural women as managers of agroecological initiatives. *People Nat.* 2025;7:449-62.

Zaremba H, et al. Toward a feminist agroecology. *Sustainability.* 2021;13(20):11244:1-17.